

Renovação atinge 295 no Congresso

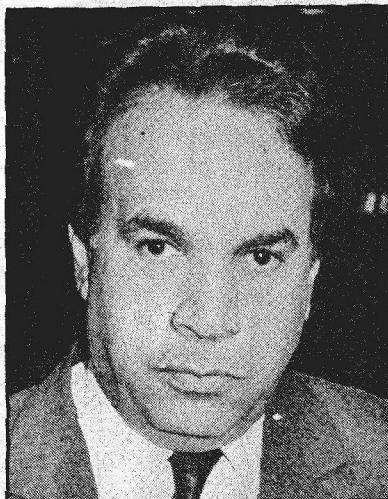
FÁTIMA XAVIER

Os motivos são muitos mas, no final das contas, o resultado é um só. Nada menos do que 280 dos atuais deputados federais não voltam, uma renovação próxima a 60 por cento, excluindo três que serão senadores. No Senado, onde apenas um terço dos parlamentares conclui o mandato este ano, a renovação chega a 88 por cento. Somente três se reelegeram, quatro serão deputados e 18 não voltam ao Congresso. Se um índice tão alto não é novidade na história das duas Casas — somam 277 os que ficarão de fora — no caso desta 45^a Legislatura, chama a atenção o fato de tratar-se, também, de uma ex-Assembléia Nacional Constituinte. Os dois primeiros anos do mandato dos deputados e os penúltimos dos senadores foram dedicados a elaboração de uma nova Carta que beneficiou, principalmente, o povo que não os reelegeu. Traição? Muitos acreditam que sim mas a maioria garante que o problema foi a falta de informação.

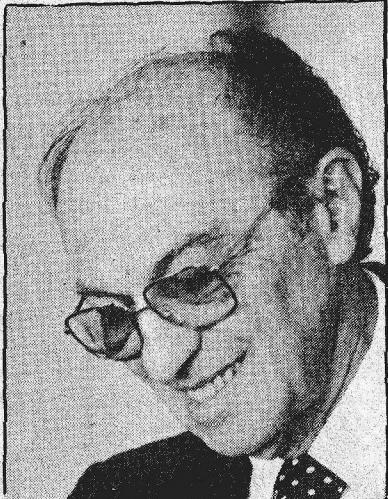
A verdade é que foram poucas as campanhas milionárias mal-sucedidas. Entre os derrotados a maior queixa é a falta de recursos e, em seguida, a falta de espaço no horário gratuito de propaganda eleitoral do rádio e da televisão. O número excessivo de votos em branco e nulos que colaboraram, inclusive, para os cálculos do quociente eleitoral deixaram sua marca.

Por conta dele ficou de fora nomes como Dante de Oliveira (MT), o autor da emenda das diretas que, assim como o comunista Aldo Arantes (GO) estavam entre os mais votados nos seus respectivos estados. A falta de estímulo também tirou muitos do páreo. No Senado, nove não se candidataram a coisa alguma. Entre eles, nomes expressivos como Severo Gomes (SP) e Jorge Bonhausen (SC).

Na Câmara, o estrago foi maior para os partidos de esquerda. Até que os conseguiram repor em



Fernando Lyra



José Lins



Fernando Santana



Carlos Sant'Anna



Cristina Tavares



Adhemar de Barros

quantidade mas dificilmente terão feito em qualidade. Com raras exceções como o deputado eleito Odacir Klein (RS), os novos, com certeza, não têm a experiência de um Fernando Lyra, de Cristina Tavares ou Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco. Vão fazer falta Lysâneas Maciel e Carlos Alberto Caó (RJ), Hélio Duque e Euclides Scalco (PR), João Herrman Neto (SP), Carlos Mosconi (MG), Ademir Andrade (PA), Chico Pinto, Domingos Leonelli e Mário Lima (BA). A Bahia, aliás, se esqueceu de mandar de volta o mais folclórico de sua bancada, personagem vivo de Jorge Amado, o velho comunista Fernando Santana.

Entre os que exerceram o primeiro mandato e marcaram presença estão Francisco Kuster (SC), Vicente Bogo (RS), Nelson Friedrich (PR), Octávio Elísio, Ziza Valadares e Virgílio Guimarães, ainda que bem votado no primeiro turno como candidato ao governo de Minas. Mas do lado de lá, vai ficar difícil também sem José Lins (CE), Ademar de Barros Fº, Afif Domingos, Samir Achoa (SP), Alysson Paulinelli (MG), Adolfo Oliveira (RJ), Aloysio Chaves (PA), Carlos Sant'Anna (BA), Borges da Silveira (PR) ou José Ignácio (ES), líder de Collor no Senado. Estes, sem citar Carlos Chiarelli (RS) que preferiu se manter na pasta

da Educação no atual governo. A maioria, porém, está voltando.

A bancada feminina mantém-se a mesma em número mas foi bastante renovada. Não voltam Rita Furtado (RO), Anna Maria Rattes (RJ), Moema São Thiago (CE), Lurdinha Savignon (ES), Maria Abadia (DF), Myriam Portella (PI), Márcia Kubitschek (eleita vice-governadora do DF), Sadie Hamache, Eunice Michilles (AM), Raquel Capibaribe (AP), Abigail Feitosa e Lídice da Mata da Bahia, além de Cristina Tavares. Com choro e com velas pelo menos resta o consolo da herança deixada por todos, independente de credo ou ideologia, que é a Constituição.